

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E TRAÇOS DA MENTALIDADE POLÍTICA MILITAR (1985-1993)

Samuel Alves Soares¹

RESUMO

O artigo retoma o período inicial da transição à democracia, revisitando o pensamento político vigente no Exército Brasileiro, a partir da análise de monografias produzidas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1985 a 1993. Orienta-se pela análise do discurso na perspectiva da semiótica greimasiana, possibilitando um exame de uma mentalidade militar que se revelava orientada para a preservação do Estado e justificatória das intervenções militares. Para o pensamento militar, a debilidade política e a fragmentação social encontrariam resguardo nas Forças Armadas. Ao subsistir este quadro, acompanhado do descaso pela segurança e pela ordem por parte da classe política, às instituições militares caberia a soberania decisória em situações de crises e, por estes parâmetros, reduziam-se as possibilidades de subordinação do poder militar ao poder civil.

Palavras-chave: pensamento político militar; relações civis-militares; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; análise do discurso; semiótica greimasiana.

INTRODUÇÃO

O processo de construção de uma ordem democrática no Brasil tem se revelado, sem surpresas, como contraditório e multifacetado. Se em determinadas áreas o avanço é perceptível, como nos aparatos e práticas institucionalizantes do jogo democrático, em outros permanecem situações estruturais graves, muito distantes de um aprofundamento democrático. Neste caso, avultam as questões sociais. Em outros campos, todavia, um modelo de inter-relação política foi se consolidando de modo quase discreto e atualmente sem alardes. Na esfera das relações civis-militares reduziram-se sobremaneira pontos de atrito, indicando, na cálida aparência das afetividades mútuas, um processo que mantém espaços de autonomia relativa às Forças Armadas,

sem constituir, entretanto, atentados diretamente confrontadores da ordem democrática.

Enquanto outros países estabeleceram procedimentos mais consistentes para a afirmação da autoridade civil sobre as forças do Estado, o caso brasileiro reflete escolhas de excessiva condescendência, porém inegavelmente não se registram fatos de confronto militar direto em relação ao controle civil.

Esta situação remete, em certa medida, às características castrenses predominantes entre as Forças Armadas brasileiras, às tipicidades do sistema político e ao formato da transição política ao fim do mais recente regime autoritário. Neste artigo o ponto central de análise é a mentalidade militar vigorante exatamente no contexto do início da "segunda transição" (O'Donnell, & Schmitter, 1988), caracterizada pela mudança de um governo democrático até a consolidação de um regime democrático. Esta questão remete ao chamado período da Nova República e ao início dos anos 1990.

Naquela fase, qual seria a visão política vigente nas Forças Armadas? O objetivo é exatamente recuperar algumas questões daquele período, a partir da análise de corte semiótico do discurso militar. Para tanto, e sem pretensões de exaustividade, foram escolhidas monografias produzidas pelos oficiais concluintes da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), no período de 1985 a 1993. Este recorte justifica-se pelos acontecimentos políticos relevantes do período e que exigiam posicionamentos dos atores políticos envolvidos. Entre eles, a posse de José Sarney, o processo constituinte, o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. A escolha da ECEME respalda-se em seu papel no processo de profissionalização militar. É a ECEME que de maneira exclusiva habilita o oficial ao generalato, ao comando de unidades militares e à constituição dos estados-maiores dos grandes comandos. Em outras palavras, apresenta-se como um núcleo central para o processo de socialização institucional e constitui uma via necessária para a formação da cúpula militar.

Este fato é significativo, na medida em que os oficiais concluintes do curso de estado-maior funcionam concomitantemente como reformuladores de doutrina e "caixas de ressonância" na propagação da mentalidade militar, pois na qualidade de chefes

qualificados exercem considerável influência em instituições hierarquizadas.

A análise visa localizar os valores políticos que sustentavam a socialização dos militares brasileiros do Exército, tendo em vista o peso político representado por esta Força, se comparado ao da Marinha ou da Aeronáutica. Neste sentido, os documentos produzidos na vida escolar das instituições militares revelaram traços recorrentes destes valores.

Considera-se que a mentalidade militar vem se condicionando há mais de um século à perspectiva da inserção ativa no processo político brasileiro, o que acarreta conseqüências de variadas ordens para a consolidação de um regime democrático. Estas observações não reduzem, entretanto, a importância das características institucionais, reforçando a idéia de que é relevante vincular às incursões diretas na arena política as estruturas peculiares das Forças Armadas.

Este pressuposto conduz a uma análise que intenta relacionar o aspecto político geral às características organizacionais. É necessário, como considera Rouquié (1984:335), voltar-se às próprias Forças Armadas para delimitar as raízes das intervenções e de seu papel político.

A moldura teórica que orienta a presente pesquisa assenta-se sobre essas premissas gerais. O recorte que privilegia, em um primeiro momento, as especificidades da instituição militar deve ser antevisto como uma escolha de caráter metodológico e não como uma priorização da perspectiva institucional enquanto elemento explicativo forte para a análise das intervenções militares e de seu papel político.

Por outro lado, não se considera que a visão contida em trabalhos acadêmicos militares seja necessariamente representativa das Forças Armadas, mas sim que os traços delineados sejam indicativos daquela mentalidade castrense, oriunda, decerto, de um singular processo de socialização.

A socialização institucional caracteriza as peculiaridades de uma socialização que se constrói a partir das características das instituições complexas ou "totais" e que se contrapõe à aprendizagem social anterior (Abrahamson, 1985; Goffman, 1961). O doutrinamento – transmissão de valores e práticas aos membros da corporação – é considerado suficiente quando a sua execução é isenta de intervenções externas. Atinge-se, desta maneira, uma homogeneização de valores e comportamentos no interior de uma determinada instituição.

A própria rotina militar, somada à disciplina e à hierarquia, fornece um ambiente propício a esse doutrinamento. Um complexo sistema educativo, rigidamente controlado, atesta a particular atenção atribuída ao processo de assimilação de novos membros. A continuidade do processo ao longo de toda a carreira militar, em que a argumentação vai se apresentando de forma mais sofisticada, visa atender principalmente àqueles que se destinam aos postos de chefia e comando.

A transmissão de valores ocorre através de processos formais e informais. Escolas, imprensa voltada para o público interno e reuniões profissionais são exemplos do primeiro caso. Informalmente, a socialização ocorre no contato diário com outros membros da instituição. Esse processo de transmissão é facilitado por ser mais elevado o nível de conformação dos militares se comparado ao dos membros de instituições civis. Em nenhuma outra organização complexa há uma tal capacidade de controle sobre a ação individual de seus membros (Bañon e Olmeda, 1985:13), o que confere ao aparelho militar um elevado grau de unidade doutrinal. Entretanto, isso não significa que não ocorram fissuras entre correntes ou grupos, como sucedeu em diversos países onde intervenções militares, a partir da década de 60, dividiram os militares em "duros" e "brandos".

A formação destes grupos revela dois aspectos importantes. A socialização incute uma mentalidade profissional aos membros da instituição, o que é inerente e necessário na definição de uma identidade. Por outro lado, permite verificar que as instituições militares, embora apresentem um corpo doutrinal único, convivem com dissensões mais ou menos profundas em seus quadros.

No período abrangido por este trabalho vigorava uma *tensão ideológica* no interior da Forças Armadas, relacionada a questões internas, já que transcorria a transição, e a aspectos externos, decorrentes das grandes transformações do mundo pós Guerra-Fria. Estes dois fatos impulsionam, hipoteticamente, a instituição militar a evidenciar – como tentativa de valorizar determinadas concepções – os valores políticos mais enraizados, os quais podem ser localizados na produção acadêmica dos oficiais.

A partir do início da "Nova República" o debate político avolumou-se no país. No que se referia às Forças Armadas, o cerne das discussões refletia o objetivo de que se criassem obstáculos a eventuais tentativas de retrocesso autoritário. A maneira como se deu a "transição

pactuada" – na qual as Forças Armadas tiveram um papel central – afastou o debate sobre o papel dos militares, e propostas pouco audaciosas derivaram do âmbito político-partidário. A manutenção de um papel político relevante no que se refere às Forças Armadas e as debilidades da "Nova República" conduziram à consolidação da tutela da Forças Armadas durante os primeiros e decisivos passos da transição (Oliveira, 1987).

É neste contexto que se afigura uma tensão ideológica no interior das instituições militares. Para os fins daquelas instituições, havia a necessidade de um posicionamento que não enterrasse o passado, para não ocorrer o risco de uma ruptura em relação aos valores militares. Era necessário que se mantivesse um contexto de sentido, um pré-requisito de coerência. A ausência ou a brusca substituição de valores poderia causar aos membros da instituição a impressão de perda de sentido, trazendo riscos à unidade e à identidade militares.

Por outro lado, era necessária uma adequação aos novos tempos, tanto no que se referia à nova realidade política interna, como também à situação externa marcada pelas céleres mudanças do Leste europeu. A adequação aos novos tempos - em suas dimensões interna e externa - apresentava-se como imprescindível, na medida em que permitia aos próprios militares se reconhecerem artífices do processo de transição e dele participantes como atores ativos.

A conjuntura do período levou os próprios militares a se engajarem na discussão histórica de seu papel político e elaborar avaliações prospectivas. Este é o pressuposto que justifica a escolha do período de análise, já que a exigência de adaptação de valores, concomitante à manutenção de outros, permite ressaltar as questões recorrentes ao pensamento político militar. Desta forma, foi possível localizar nestas recorrências aquelas entendidas como favoráveis ou adversas para o processo de consolidação democrática.

A crise de identidade vigorante nas Forças Armadas no período considerado é decorrente das mudanças aludidas no âmbito mundial e daquelas em curso no interior do país. Nesta situação, os valores políticos sobre os quais se sustenta a socialização empreendida no interior das instituições militares são colocados em estado de tensão. No novo contexto, ou estes valores podem ser ratificados ou ocorre uma adaptação às mudanças em curso. Em qualquer uma das hipóteses os pressupostos da socialização institucional tornam-se mais visíveis,

fazendo com que este momento seja especialmente adequado para a localização das recorrências do pensamento militar.

Para uma instituição cujo fundamento básico é a hierarquia e a unidade doutrinal, é lícito supor que a linha de pensamento político presente nos documentos acadêmicos produzidos por oficiais-alunos de um estabelecimento de altos estudos militares não fuja a um modelo dominante na instituição. Parte-se, portanto, da premissa que a análise dos documentos escolares produzidos por estes oficiais possibilita delinear aspectos fundamentais do pensamento militar brasileiro.

A SEMIÓTICA GREIMASIANA E A ANÁLISE DO DISCURSO MILITAR

O discurso político, enquanto constituição de sujeitos – atores da política –, é um conjunto semantizado de temas e formulações. A possibilidade de inventariar os pressupostos que sustentam esta constituição de sujeitos, todavia, esbarra nas dificuldades metodológicas que se apresentam à análise do discurso, e, a relação com o modelo adotado.

A análise do discurso em si, tal como é abordada pelo *modelo estrutural*, restringe-se aos seus elementos internos, sem os vincular aos condicionamentos sócio-históricos, libertando-se assim de pressupostos apriorísticos (Debert, 1985 e 1986). Já o modelo baseado na Teoria da Comunicação realiza esta articulação entre texto e situação histórica, mas a análise da mensagem é deixada para plano secundário, perdendo-se inúmeras especificidades do discurso.

Com a teoria semiótica desenvolvida por A. J. Greimas, passou-se a aliar uma abordagem interna do discurso, de tal maneira que ele se mostra transparente em relação aos mecanismos e regras que permeiam sua construção, a uma abordagem externa – o contexto sócio-histórico – que, afinal, lhe dá o sentido último. Essa teoria está articulada com base na *semântica da enunciação*, a qual possibilita conciliar os elementos internos do discurso às variáveis sócio-históricas (Barros, 1988:5).

A semiótica insere-se no quadro das teorias que se preocupam com o texto. Desenvolvida desde a década de 60, baseada na semântica estrutural, esta teoria procura descrever o que o texto diz e como faz para dizer o que diz. Basicamente, a semiótica de Greimas estuda o

discurso utilizando-se de um modelo de análise estrutural, mas sempre relacionando o texto ao contexto. As circunstâncias históricas nas quais se desenvolveu a lingüística levam-na, atualmente, a utilizar uma abordagem interacional, articulando o discurso com as condições de produção e recepção.

Além disso, o modelo greimasiano considera o discurso simultaneamente como o espaço do individual e do social. Bakhtin (1992) mostra que a realidade da consciência é a linguagem e que, portanto, o discurso é expressão da consciência, e esta, por sua vez, é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo. A linguagem não é apenas instrumento de comunicação, ela é um modo de produção social. Portanto, não é neutra ou natural, mas o lugar privilegiado das representações ideológicas (Brandão, 1993:12).

Maingueneau (1993) sugere que, como forma de evitar o risco da restrição da análise do discurso aos aspectos imanentes do texto, devem ser levados em conta o quadro das instituições em que o discurso é produzido, visto que elas delimitam fortemente a enunciação; os conflitos históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso e o espaço criado pelo próprio discurso no interior de um interdiscurso.

No caso específico das instituições militares, o contexto da enunciação ganha um especial relevo, tendo em vista características institucionais como a padronização de condutas, o claro sentido de hierarquia e disciplina e a possibilidade de se levar a efeito uma socialização de seus membros independentemente de outras instituições. As mudanças internas e externas ao país no período considerado apontam para uma série de injunções à instituição militar. O interdiscurso está relacionado principalmente à Doutrina de Segurança Nacional enquanto substrato teórico a fundamentar a articulação da mentalidade militar.

A socialização institucional, como processo que permite a construção de uma visão de mundo, resulta da operação de diversos sistemas e de sua interação, sendo que o lingüístico é o mais abrangente e econômico. Os sistemas social, lingüístico e cultural apresentam-se indissociáveis e interdependentes. Os fatos sociais e culturais têm uma existência lingüística e os seus respectivos discursos se realimentam mutuamente.

Como mostra Bakhtin (1992:38-41), "toda refração ideológica do ser em processo de formação é acompanhada de uma refração

ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante [...] A palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados". A palavra possui a característica de antecipar mudanças ideológicas em curso, mesmo aquelas que ainda não estão claramente consolidadas. Neste sentido, o discurso político-militar apresenta-se como um indicador das lentas e, contudo, constantes transformações ideológicas que ocorrem no interior do aparelho militar.

A partir de uma concepção semiótico-greimasiana, a análise do discurso encara-o como uma superposição de níveis de profundidade diferentes, que se articulam segundo um percurso que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto (Greimas, s/d:305-07).

A noção de percurso gerativo do sentido é fundamental na teoria semiótica, pois prevê a apreensão do texto em diferentes instâncias de abstração e, conseqüentemente, determinam-se etapas entre a aparência e a imanência e elaboram-se descrições autônomas de cada um dos patamares de profundidade estabelecidos no percurso gerativo. A primeira etapa do percurso gerativo, a instância mais profunda, é a das estruturas fundamentais. O segundo nível refere-se às estruturas narrativas, onde a narrativa é organizada. Finalmente, o terceiro patamar é o das *estruturas discursivas*, onde a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação. Para fins de melhor realização da análise, parte-se do nível narrativo até o nível fundamental. Tal procedimento facilita o trabalho de construção do sentido do discurso.

Cada um dos níveis será explicado a seguir, a partir de um tema recorrente às monografias analisadas: o porquê das intervenções. Com o intuito de demonstração da análise semiótica desenvolvida serão retomados alguns trechos do discurso militar analisado. O objetivo é o de ilustrar os procedimentos metodológicos que conduziram à construção do percurso gerativo do sentido, e permitir a discussão sobre a mentalidade militar presente nos processos de socialização.

As justificativas apresentadas pelo discurso militar acerca das constantes intervenções no processo político podem ser esmiuçadas a partir do nível narrativo do discurso, iniciando-se pela análise dos programas narrativos ali inclusos. Este é o primeiro patamar do percurso gerativo a ser analisado, onde a narrativa se organiza do ponto de vista

do sujeito. Neste nível – o intermediário –, estão os actantes, as relações actanciais e os programas narrativos. Entende-se por *Destinador* o actante narrativo que determina os valores em jogo e *Destinatário* é o actante manipulado pelo destinador. A busca destes valores leva o *Sujeito* à ação ou à proposta de ação narrada que é sempre a busca de um *Objeto Valor*, isto é, o Sujeito é aquele que quer ter ou tem o Objeto. *Adjuvante* e *Oponente* são preenchidos pelos atores que contribuem ou se opõem a essa ação do Sujeito.

A narrativa pode ser entendida a partir de duas concepções que se complementam: uma mudança de estados, onde um sujeito em busca de valores investidos nos objetos realiza uma fazer transformador; ou uma sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um Destinador e um Destinatário, contratos esses que originam a comunicação e o conflito entre sujeitos e a circulação de objetos.

O enunciado elementar da sintaxe narrativa caracteriza-se pela relação de transitividade entre dois actantes, o sujeito e o objeto (Barros, 1990:90). Há duas diferentes relações, a junção e a transformação e, portanto, duas formas de enunciado elementar: *enunciados de estado* são os que estabelecem uma relação de junção (conjunção ou disjunção) entre um sujeito e um objeto; já os *enunciados de fazer* são os que mostram as transformações, os que correspondem à passagem de um enunciado de um estado a outro.

Na narrativa, um enunciado de fazer rege um enunciado de estado, constituindo o programa narrativo, o qual integra, desta maneira, estados e transformações. Há uma narrativa mínima quando há um estado inicial, uma transformação e um estado final. Vejam-se os exemplos extraídos de trechos dos discursos militares:

(...) as forças armadas, ou um seu segmento, foram instadas a intervir no processo político ou decidiram por iniciativa própria (...) (4: 2)²

No Programa Narrativo 1 (PN1), as Forças Armadas recebem da Nação a incumbência de intervir no processo político. O sujeito do fazer é a Nação, a função é a de solicitar; o sujeito de estado, que tem sua situação alterada, são as Forças Armadas.

(...) elas foram os instrumentos das ações, ora para corrigir os desvios institucionais da sociedade, ora para mudar mentalidades, e, em outras ocasiões para alienar ideologias espúrias rejeitadas pala nação. Foram

intervenções para regular a política (...) (4: 2) (...) o Exército se fez presente nos momentos de crise e, por vontade da nação, interveio no processo político, restabelecendo a vontade institucional (...) (5: 3)

No PN2 a Nação recebe das Forças Armadas a ordem e a segurança. O sujeito do fazer são as Forças Armadas, a função é a de intervir; o sujeito de estado é a Nação.

(...) a História do Brasil apresenta uma série de eventos, onde a presença do Exército Brasileiro caracterizou-se pelo atendimento dos anseios da população, pela manutenção da lei e da ordem, em cumprimento de uma Constituição Federal (...) (5: 3)

No PN3 as Forças Armadas recebem da Constituição Federal a competência para poder-fazer a intervenção. O sujeito do fazer é a Constituição, a função é de estabelecer uma norma jurídica; o sujeito de estado são as Forças Armadas.

(...) as diferentes classes organizadas de trabalhadores se empenham de forma sistemática para obter melhorias salariais e de condições de trabalho (...) decresce o poder do Estado de preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e do patrimônio. Uma eventual escalada desses movimentos paredistas poderia comprometer a capacidades da União de reprimir a desordem. Restaria, então, a alternativa desgastante mas necessária, do emprego das Forças Armadas para restabelecê-la (...) (1: 37, 38)

Já no PN4 o Estado perde seu poder de regulação política, tendo em vista a ação das classes organizadas de trabalhadores (sindicatos), dos focos de tensão no campo e na cidade. Os sujeitos do fazer são os trabalhadores e outros focos de tensão, a função é a de provocar a desordem; o sujeito de estado é o Estado.

(...) Há que se salientar (...) que toda a atitude intervencionista perpetrada pelas Forças Armadas deve ser abrigada à sombra do direito, ou em outras ocasiões mais graves, ser tomada, peremptoriamente, à luz de iniciativas e decisões sensatas, pensadas e bem discernidas por parte dos chefes militares.(1: 37)

Por sua vez no PN5 as Forças Armadas decidem intervir, a fim de restabelecer a ordem. O sujeito do fazer é as Forças Armadas, a função é a de decidir; o sujeito de estado é as Forças Armadas.

É conveniente ressaltar que existem na narrativa sugerida como exemplo outros Programas Narrativos e, no caso do *corpus* como um todo, o número destes programas é bastante extenso (mais de uma centena).

Uma tipologia dos Programas Narrativos configura-se a partir dos critérios (Barros, 1990:21-26; Ferreira, 1990):

1) a natureza da junção: conjunção ou disjunção corresponde à *aquisição* ou *privação*. Observe-se que os PN₁, PN₂, PN₃ e PN₅ são programas de *aquisição*, em que respectivamente as Forças Armadas adquirem a permissão para intervir; a Nação recebe a segurança e a ordem; as Forças Armadas, o dever legal de manter a ordem e, finalmente, as Forças Armadas adquirem poder. O PN₄ é um programa de *privação*, onde o Estado perde a capacidade de manter a ordem;

2) os programas narrativos podem ser de *base* ou de *uso*, dependendo da complexidade na realização de um programa. O programa principal ou de base diferencia-se dos programas de uso ou programas secundários, pressupostos pelo programa de base. Os PN₁, PN₂, PN₃, PN₄ são programas de uso que permitirão às Forças Armadas a chegada ao poder, o que é apresentado no PN₅, o programa de base;

3) os valores investidos nos objetos podem ser *modais* ou *descritivos*. São modais o dever, o querer, o poder e o saber, que modalizam ou modificam a relação do sujeito com o objeto. São descritivos os valores que designam valores consumíveis e entesouráveis, prazeres e "estados de alma" (Greimas & Courtés, s/d:483). Nos programas apresentados somente o PN₅ é descritivo (chegar ao Poder), enquanto os demais são modais.

Combinando-se os critérios de aquisição e privação e transitivo e reflexivo, têm-se (Barros, 1990:23), a seguinte situação: Nos PN₁ a Nação *doa* objetos-valor às Forças Armadas (dever e querer fazer a intervenção); no PN₂, ocorre o inverso, são as Forças Armadas que *doam* um objeto-valor à Nação (ordem e segurança). No PN₃ é a Constituição que *doa* um objeto-valor às Forças Armadas (a possibilidade de intervir).

No PN₄ os focos de tensão do país tiram a capacidade de se impor do Estado (espoliação) e no PN₅ as Forças Armadas se *apropriam* do poder.

Os programas narrativos possuem um programa correlato. O programa de doação corresponde ao programa de renúncia, e o de apropriação, ao de espoliação. A apropriação de poder por parte das Forças Armadas corresponde à espoliação deste poder concernente à Nação (sociedade).

O programa narrativo simples ou a seqüência ordenada de programas narrativos, em que os sujeitos de fazer e de estado estejam em sincretismo num ator determinado, indicam a *performance do sujeito*. O programa narrativo chamado *performance* pressupõe o da *competência*, o sujeito do fazer-ser deverá ser previamente modalizado como sujeito do querer-ser ou dever-ser que constituem modalidades virtualizantes. Na medida em que a performance procede à competência, esta se torna um programa de uso em relação à performance.

O PN₁ é um Programa Narrativo de *competência*, realizado por atores distintos (Nação e Forças Armadas), no qual há uma aquisição de um Objeto-valor modal pelas Forças Armadas (o dever e o querer-fazer a intervenção), objeto que é doado pela Nação. No caso do PN₂, trata-se de um programa de *competência*, realizado por atores distintos (Forças Armadas e Nação). Há aqui uma aquisição de um Objeto-valor modal por parte da Nação (poder-fazer ou ter a ordem) o qual é doado pelas Forças Armadas. Ainda o PN₃ constitui um Programa Narrativo de *competência*, no qual o ator Constituição estabelece que o ator Forças Armadas pode fazer a intervenção. O PN₄ em relação às Forças Armadas é também um programa de competência, pois justifica o Programa Narrativo de performance (PN₅). Este último é realizado pelo mesmo ator (Forças Armadas) e nele há uma aquisição de um Objeto-valor descritivo por parte das Forças Armadas (o Poder Político), doado pelas próprias Forças Armadas.

Após os enunciados narrativos e os programas narrativos surge uma nova unidade sintática, hierarquicamente superior: o percurso narrativo, resultante do encadeamento lógico da performance com a competência. Trata-se de uma seqüência de programas narrativos em que cada programa narrativo é pressuposto para outro programa narrativo. Os actantes sintáticos (sujeito do fazer ou de estado, objeto) são

denominados papéis actanciais no percurso narrativo. Três são os percursos: o do *sujeito*, o do *destinador-manipulador* e o do *destinador-julgador*.

O percurso do *sujeito* compreende um encadeamento lógico de um programa de competência com um programa de performance. (Barros, 1990:27) O programa de competência, que gera as condições necessárias para que as Forças Armadas passem a querer, a dever e a poder intervir no processo político, forma, com o programa de performance de fazer as intervenções, o percurso narrativo do sujeito Forças Armadas. Há uma aquisição de competência: atender aos reclamos da Nação e protegê-la; garantir a ordem interna; reprimir a desordem; intervir no processo político.

O sujeito Nação, analisados os programas narrativos do *corpus*, adquire uma competência – a de chamar as Forças Armadas a intervir. A sua performance é desenvolver as instituições nacionais. O papel actancial é o do sujeito do não-saber fazer (a democracia).

Os elementos apresentados já permitem algumas considerações. O sujeito Nação não se encontra habilitado a levar adiante a sua performance de desenvolver as instituições nacionais. Ao contrário, o sujeito Forças Armadas historicamente tem demonstrado que age de acordo com a sua performance, que é a de intervir no processo político.

O percurso do *destinador-manipulador* é o do destinador inicial, fonte de todos os valores: os que são capazes de dotar o destinatário-sujeito da competência necessária. O percurso do destinador-manipulador compreende duas etapas: a de *atribuição de competência semântica*, que é sempre pressuposta, já que é necessário que o destinador-sujeito creia nos valores do destinador; e a de *doação de competência modal*, onde o destinador doa ao destinatário-sujeito os valores modais do *querer-fazer*, do *dever-fazer*, do *saber-fazer* e do *poder-fazer*.

Na análise do percurso narrativo do *destinador-manipulador*, o destinador inicial, que transforma a competência modal do destinatário ao colocá-lo em posição de não poder não aceitar o contrato proposto é em um primeiro momento, a sociedade brasileira, figurativizada como "Nação". A Nação qualifica o destinatário-sujeito – Forças Armadas –, atribuindo-lhe os valores modais do *querer-fazer* e do *dever-fazer*. A doação de valores modais torna o destinatário competente para realizar o fazer-transformador: manter a coesão e a integridade, fazendo permanecer o país na ordem, preservando-o do caos.

Note-se que a Nação manipula tanto por *sedução*, já que possui uma imagem positiva do Destinatário (Forças Armadas), como também por *intimidação*, sinalizando com valores (caos social, desordem) considerados negativos por este Destinatário.

Assim, o sujeito (funcional) Forças Armadas torna-se sujeito competente (quer, sabe e pode fazer), qualificado para a performance de manter a ordem e a integridade e transforma o estado do sujeito de estado sociedade brasileira *sem* segurança em sujeito *com* segurança.

Entretanto, uma análise mais acurada indica que a Nação perde seu papel de Destinatador e assume o de Destinatário. As Forças Armadas passam então a funcionar como destinador-manipulador. A manipulação se dá por *intimidação*, encoberta por sedução: se não houver intervenção, será o caos e só as Forças Armadas têm condições de intervir. A intimidação, que pressupõe um poder do destinador-manipulador, provoca um dever-fazer no destinatário, convencendo-o da necessidade da intervenção.

A manipulação só será bem sucedida se o sistema de valores que a embasa for compartilhado pelo manipulado. A manipulação pressupõe uma cumplicidade entre manipulador e manipulado. O destinatário, para ser convencido da necessidade da intervenção, precisa acreditar que a desordem atinge a todos e que o destinador-manipulador *pode e quer* intervir.

O percurso do *destinador-julgador* consiste no encadeamento de programas narrativos de dois tipos: o primeiro é responsável pela sanção cognitiva – reconhecimento do herói ou desmascaramento do vilão; o segundo é encarregado da sanção pragmática, que culmina na retribuição, sob a forma de recompensa ou punição.

Também neste caso pode-se realizar uma leitura de duplo sentido. Sendo a Nação o destinador-manipulador, a conduta do sujeito Forças Armadas será recompensada pelo prestígio que lhe é conferido, que se traduz historicamente pelas inúmeras ocasiões em que a Nação solicita o concurso das Forças Armadas para que a ordem seja restabelecida, solicitação que é explicitada na promulgação constitucional que estabelece o dever da intervenção corretora.

Por outro lado, considerando-se que o sujeito seja a Nação, as Forças Armadas constituirão o destinador-julgador. Novamente haverá uma verificação se está ocorrendo uma conformidade ou não da conduta do sujeito com o sistema de valores que representa e os valores do

contrato inicial estabelecido com o destinador-manipulador. O sujeito (Nação) é reconhecido como cumpridor dos compromissos assumidos – reconhece a desordem – e recebe uma recompensa: a intervenção para manter a ordem.

Os percursos do sujeito, do destinador-manipulador e do destinatário-julgador organizam-se no *esquema narrativo*, ou seja, trata-se de um encadeamento lógico de percursos narrativos. No esquema narrativo os actantes funcionais são o sujeito, o objeto, o destinador e o destinatário.

No percurso gerativo, a semântica narrativa é o momento em que os valores disponíveis são selecionados e relacionados com os sujeitos. No interior dos enunciados de estado os elementos semânticos inscrevem-se como valores nos objetos. As relações do sujeito com os valores podem ser modificadas por determinações modais, como também a relação do sujeito com seu fazer sofre qualificações modais. A modalização de enunciados de estado é também denominada *modalização do ser* e atribui existência modal ao sujeito de estado.

A *modalização do fazer* é responsável pela competência modal do sujeito do fazer, por sua qualificação para a ação. A Semiótica greimasiana prevê essencialmente quatro modalidades: o *querer*, o *dever*, o *poder* e o *saber*, capazes de modalizar tanto o ser quanto o fazer. As modalidades *virtualizantes* instauram o sujeito e as *atualizantes* o qualificam para a ação.

No que se refere à modalização do sujeito Forças Armadas, dois sujeitos funcionam como modalizadores: a Nação e as "esquerdas", pois impõem o *dever* ao sujeito modalizado. Estes modalizadores instauram as Forças Armadas como sujeito, pela atribuição do *dever-fazer* as intervenções ou prolongarem sua presença direta no governo. É uma modalidade virtualizante, que instaura o sujeito Forças Armadas:

(...) o Exército se fez presente nos momentos de crise e, por vontade na nação, interveio no processo político, restabelecendo a vontade institucional. (...) (5: 3) (...) o açodamento das oposições, que pretendiam atropelar o cronograma revolucionário, levou a um inevitável endurecimento do regime (...) (3: 36)

Já a qualificação para a ação é garantida pelo *poder-fazer*, o qual é conferido ao sujeito Forças Armadas pela extensão da vontade política da Nação inserida na Constituição Federal:

(...) a presença do Exército Brasileiro caracterizou-se pelo atendimento dos anseios da população, pela manutenção da lei e da ordem, em cumprimento de uma Constituição Federal (...) (5: 3)

Já na modalidade do querer o sujeito modalizador e o modalizado estão sincretizados em um mesmo ator: as Forças Armadas. A tentativa do discurso militar era indicar a Nação e a Constituição como os verdadeiros mobilizadores das intervenções. Todavia, afinal de contas, as próprias Forças Armadas é que indicarão as situações e momentos que necessitam a intervenção militar:

(...) que toda a atitude intervencionista perpetrada pelas Forças Armadas deve ser abrigada à sombra do direito, ou em outras ocasiões mais graves, ser tomada, peremptoriamente, à luz de iniciativas e decisões sensatas, pensadas e bem discernidas por parte dos chefes militares (...) (1: 37)

O sujeito (Forças Armadas) age, pois há concordância entre as modalidades virtualizantes do querer e do dever-fazer, ou seja, as intervenções se interrompem quando o modalizador - Forças Armadas - não mais as deseja ou porque o modalizado - as mesmas Forças Armadas - não as quer.

Esta é uma questão relevante, pois indica que a mentalidade militar estava impregnada pela idéia de *autonomia* das Forças Armadas de decidir sobre a necessidade de intervenção direta no processo político do país, decisão esta reservada às considerações das lideranças militares.

Da análise empreendida até o momento, percebe-se que um mesmo ator - Forças Armadas - apresenta-se como sujeito de estado inicial, disjunto de um objeto-valor: o poder. O estado final, entretanto, é conjunto. Trata-se de uma operação de *apropriação*, uma *aquisição de poder*. Se há uma apropriação de poder por parte de um sujeito (Forças Armadas), obrigatoriamente, para que se mantenha o equilíbrio semiótico da comunicação, é porque outro sujeito foi dele *espoliado*. E este sujeito é a Nação.

Para que se complete o quadro das modalidades, é necessário analisar-se o *saber*. O sujeito Forças Armadas é *atualizado* pela sua própria competência, pelo rigor da formação militar, pelo patriotismo e desapego no trato da coisa pública, pelo empenho científico com que se elaboram

soluções para os graves problemas nacionais através da técnica de trabalho em estado-maior:

(...) Não foram as Forças Armadas, golpistas ou ambiciosas pelo poder. Foram sim, respaldo e braço armado de seu povo que clamava por justiça, por honestidade e exação na maneira de conduzir o país (...) (4: 9, 11) (...) Se o Brasil é hoje um país moderno e democrático (...) deve-se ao patriotismo de suas Forças Armadas (...) (3: 40) (...) competiu às assessorias parlamentares das Forças Armadas [no processo constituinte de 1988] (...) a missão do convencimento, da apresentação de propostas lógicas e confiáveis por parte da Forças Armadas (...) Resultou de um correto planejamento (...) (1: 38, 42) (...) o fator alto preparo intelectual dos seus quadros dirigentes, também tem contribuído para o chamamento político em curtos períodos de dificuldades e desordem interna (...) (8: 13) (...) O porquê das intervenções militares no processo político encontra explicação (...) na seriedade e confiabilidade das instituições militares (...) (5: 32) (...)

Assim instaurado e qualificado, o sujeito Forças Armadas *deve, pode, quer, sabe, e faz* a intervenção no processo político.

O terceiro nível a ser considerado na perspectiva da semiótica greimasiana é o do discurso ou estruturas *discursivas*, em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação. Estas estruturas devem ser examinadas do ponto de vista das relações que se instauram entre a instância da enunciação, responsável pela produção e pela comunicação do discurso, e o texto-enunciado. O nível discursivo é o mais superficial do percurso, o mais próximo da manifestação textual; é o mais específico, mas também o mais complexo.

A análise discursiva converge para os mesmos elementos da análise narrativa, mas retoma aqueles deixados de lado, como as projeções da enunciação no enunciado, os recursos de persuasão utilizados pelo enunciador para manipular o enunciatário ou a cobertura figurativa dos conteúdos narrativos abstratos. A sintaxe discursiva encarrega-se de explicar as relações do sujeito da enunciação com o discurso-enunciado e também as relações que se estabelecem entre enunciador e enunciatário.

A *enunciação* projeta os *actantes* e as coordenadas de espaço e de tempo do discurso, que não são os mesmos do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação. Essa operação denomina-se *desembreagem* e nela o

sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir (Barros, 1990).

Como todo discurso procura persuadir seu destinatário de que é verdadeiro (ou falso), os mecanismos discursivos têm por finalidade criar a ilusão de verdade. Para convencerem de que são verdadeiros, os discursos produzem dois tipos de efeitos: o de *proximidade* ou *distanciamento* e o de *realidade* ou *referente*.

As monografias analisadas buscam causar um efeito de distanciamento, ao produzirem o discurso em terceira pessoa, apresentando-o com uma aura de objetividade. O fato de usar a terceira pessoa cria um efeito de imparcialidade, encobrindo a instituição como produtora do discurso, trazendo ao interlocutário referências que o inserem em um contexto de verdade. Decerto também se apresenta aqui um padrão de elaboração de monografias largamente disseminado, reduzindo, portanto, a aplicação deste fundamento.

Também o uso de determinadas expressões pertencentes à Doutrina de Segurança Nacional - como Objetivos Nacionais, óbices, Segurança Interna, Guerra Revolucionária, etc - reforça o sentido de veracidade, pois são escolhas lingüísticas que remetem a uma doutrina que contribuiu para a conformação do pensamento político militar.

Para criar efeito de realidade ou referente os discursos reportam-se, por exemplo, a personagens históricos ou a fatos ocorridos, mostrando copiar o real. A isto denomina-se *ancoragem*, pelo fato que se ata o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como "reais" ou "existentes".

(...) [com a eleição de Jânio] finalmente é derrotada a coligação PTB-PSD, onde se abrigam os filo-comunistas e inocentes-úteis (...) (3: 32)
(...) [após a renúncia de Jânio] a investidura [de Goulart] representava o retorno à todas aquelas mazelas, contra às quais vinham se batendo parcelas consideráveis das Forças Armadas, desde a instauração do regime constitucional de 1946. Os ministros militares divulgam um manifesto à Nação, desaconselhando a posse de João Goulart (...) (3: 33) Os ministros militares assumiram o governo, e, negaram-se a passá-lo ao mesmo [Goulart], pois temiam que, com a grande concentração de poderes proporcionada pela função, Goulart viesse a conduzir o país para o socialismo (...) (2: 27).

Comprova-se que a Nação solicita a ação política direta das Forças Armadas em diversos momentos da história republicana. A

referência às Constituições brasileiras, no que se refere à função da preservação da ordem interna, ou a juristas renomados que corroboram a necessidade de intervenção, reforça a veracidade das afirmações.

(...) o Exército Brasileiro sempre esteve presente nos momentos de crise, nos momentos que definiram os destinos do país (...) estava (...) ao lado das aspirações populares, fazendo cumprir a Magna Carta. Assim (...) foi partícipe de processo político brasileiro e em muito contribuiu com a Nação e o seu aperfeiçoamento democrático (...) (5: 39).

Estas referências possibilitam, além disso, desqualificar outros interlocutores que não compreendem, ou resistem à função constitucional das Forças Armadas na preservação da ordem interna.

(...) nas discussões da última Assembléia Nacional Constituinte...o que se observou foi o preconceito visceral contra as Forças Armadas e tudo que se relacionava com a Expressão Militar do Poder Nacional. Concorde com parte da missão constitucional, voltada para a Segurança Externa, os chamados legisladores "progressistas" procuraram particularmente afastar as Forças Armadas de sua histórica presença nacional como mantenedora das instituições, da ordem e da tranquilidade interna (...)expressões consagradas, como Segurança Nacional, ordem pública e medidas de emergência foram proscritas e objetos de substituição por outras como defesa do Estado, da sociedade civil e instituições democráticas, paz ou tranquilidade pública e estado de alarme (...) correu-se o risco de perder o rigor técnico e a doutrina científica que sempre lhes conferiram um embasamento tradicional e confiável.(1: 38, 42)

Portanto, por meio de procedimentos diversos, são criados efeitos de enunciação, mas esta permanece sempre pressuposta, não se manifestando no texto. O *enunciador* é o destinador-manipulador responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer. A manipulação do enunciador exerce-se como um fazer persuasivo, enquanto o enunciatário realiza um fazer interpretativo e a ação subsequente.

Dois aspectos precisam ser analisados: o contrato que se estabelece entre enunciador e enunciatário e os meios empregados na persuasão e na interpretação.

Levando em conta a relatividade do que é a verdade, o enunciador espalha no discurso marcas que devem ser encontradas pelo enunciatário. O enunciador constrói um dispositivo veridictório. O enunciatário precisa localizar as pistas, compará-las com seus conhecimentos e convicções e, finalmente, crer ou não no discurso.

Os meios para persuadir o enunciatário podem ser, por exemplo, o implicitar ou explicitar conteúdos, a prática de certos atos lingüísticos ou procedimentos de ilustração. O uso de pressupostos é uma das táticas do enunciador para convencer o enunciatário, já que a finalidade de todo ato de comunicar não é informar, mas sim persuadir sobre o que está sendo comunicado. "A argumentação consiste no conjunto de procedimentos lingüísticos e lógicos usados pelo enunciador para convencer o enunciatário" (Fiorin, 1992:52).

O discurso se esclarece ainda mais quando se diferencia o locutor, que tem o papel de porta-voz, do enunciador, responsável pela produção do discurso. O locutor é o oficial concluinte da ECEME, enquanto o enunciador é a própria instituição militar. As escolhas lingüísticas são de responsabilidade da instituição e não do locutor.

A análise do texto em todos os níveis do percurso gerativo, fundamentalmente no nível das estruturas discursivas, onde há mais pistas da enunciação, permite esta diferenciação importante, a que se dá entre enunciador e enunciatário. No discurso político dos militares, o enunciador é a própria instituição e o enunciatário é duplo: são os membros da instituição, mas também a sociedade como um todo.

Para o chamado público interno, o discurso assume um caráter de retroalimentação de valores e comportamentos, forjando uma unidade indispensável à instituição. É preciso que a instituição permaneça coesa, comungando dos mesmos propósitos e objetivos.

(...) É o movimento de 1964, revelando a mais forte coesão no meio militar (...) (8: 28) (...) Os políticos [durante o governo Geisel], astuciosos e oportunistas, pretendiam dividir os militares para derrotá-los por parte. Não conseguiram e jamais conseguirão (...) (3: 39)

Para a sociedade, é um alerta de que a instituição permanece em eterna vigilância, garantindo a segurança indispensável à construção de uma grande potência.

Os procedimentos semânticos do discurso são a *tematização* e a *figuratização*. A disseminação de temas e figuras cria efeitos de sentido, sobretudo de realidade, ao discurso.

Tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural (Fiorin, 1992:65). Tematizar um discurso é apresentar os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos. A coerência advinda das recorrências de traços semânticos, concebidos abstratamente, é determinada pelos traços que se repetem no discurso e que o tornam coerente. O tema da ordem, por exemplo, aparece nas monografias pelos parassinônimos harmonia social, segurança, entendimento nacional, entre outros.

A *figura* é algo que remete ao mundo natural e o procedimento de figuratização significa recobrir os percursos temáticos abstratos, atribuindo-lhes um revestimento sensorial. Este procedimento possibilita ao enunciatário reconhecer as "imagens do mundo" e então, acreditar na "verdade" do discurso.

Este procedimento de busca de coerência surge nas monografias analisadas em momentos distintos, como é o caso da desordem no governo de Goulart, que aparece como "à beira do abismo", "às portas da anarquia" e outras expressões, visando comprovar a iminência da bolchevização do país, o que contrariava os interesses da Nação.

(...) A expansão comunista que se iniciara pelo sudeste da Ásia incendiando aquela parte do planeta, em pouco tempo se alastrou pelo mundo e encontrou campo fértil nos países da África e da América Latina. Cuba foi rapidamente comunizada; o perigo rondava nossas portas (...) Desse clima de intensa atividade política se aproveitavam os propagandistas da doutrina marxista para fazer o seu proselitismo (...) (2: 27) (...) Havia no país uma máquina comunizante desde que Luís Carlos Prestes e seus companheiros voltaram de Moscou e [onde] aperfeiçoaram-se em como preparar as massas operárias e camponesas e em como montar a luta armada no Brasil (...) (4: 29)

A reiteração, a redundância, a repetição, a recorrência de traços semânticos no discurso é que, somadas, lhe proporcionam coerência, o que se denomina *isotopia*. Em princípio, o discurso político apresenta uma única isotopia ou superposição de isotopias (Ferreira, 1990:92-93), o que garante a indispensável homogeneidade, pois um discurso político

ambíguo pode trazer sérios prejuízos ao sujeito da enunciação. Daí se depreende que o discurso político suspende parcialmente particularidades e, pela inserção de um denominador comum permanente, confere ao texto um nível de leitura, um plano isotópico. Pela recorrência, o enunciador garante a coerência semântica do discurso e permite ao enunciatário convencer-se da enunciação. São isotópicos no discurso político militar, por exemplo, os temas: segurança, paz social, ordem pública, pacificação, Forças Armadas como instrumentos da vontade nacional.

Por fim, apresenta-se a *primeira etapa* do sentido do discurso, mas analisada ao final. É a mais simples e abstrata e constitui o *nível fundamental* ou estruturas fundamentais. Surge a significação como oposição semântica mínima, a partir da qual se constrói o sentido do texto.

A *sintaxe do nível fundamental* abriga as categorias semânticas que estão na base da construção de um texto. Neste nível concentra-se o mínimo sentido a partir do qual o discurso se constrói. A rede de relações se reduz a uma única relação, uma estrutura elementar. No interior de um mesmo eixo semântico há uma relação de oposição entre dois termos. Pode aparecer num texto, por exemplo, a oposição entre liberdade *versus* dominação.

Uma categoria semântica fundamenta-se numa diferença, numa oposição. Todavia, para que dois termos possam ser analisados conjuntamente, é preciso que tenham algo em comum e sobre este traço comum estabelece-se uma diferença (Fiorin, 1992:19). Nas monografias, a relação de oposição mais evidente se dá entre ordem *versus* caos.

O tema do caos aparece no discurso a partir de uma *politicização* do econômico. O desenvolvimento econômico traz, a todo momento, pontos de inflexão. Cabe a definição de novos rumos (pode ser um retorno a um passado nostálgico). Estes momentos são pontos de tensão, nos quais projetos distintos se apresentam em busca de hegemonia. Neste contexto de antagonismos, segundo o discurso militar, a maturidade política das instituições é excelente remédio contra propostas radicais. Quando esta maturidade ainda é latente, o jogo político funciona de maneira entrópica e devido a isso, são necessárias determinadas medidas que restituam a ordem ao sistema.

A *semântica fundamental* define-se por seu caráter abstrato e constitui, com a sintaxe fundamental, o ponto inicial da geração do

discurso (Barros, 1988:24-28). As categorias semânticas fundamentais são determinadas como positivas ou eufóricas e negativas ou disfóricas. Os textos poderão ser, desta forma, euforizantes ou disforizantes, segundo se orientem para o pólo conforme ou desconforme da categoria fundamental (Barros, 1990:79). Euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, esses valores estão inscritos no texto.

O discurso militar analisado aponta como radicais e, portanto, disforizantes, as propostas que colocam em risco um consenso social idealizado, porque organicista. Há uma leitura linear do progresso social, e os atentados à ordem devem ser coibidos. A ordem, elemento sempre euforizante, aparece como uma situação de busca de uma harmonia fictícia, tal a dimensão que atinge. Há um estreito espaço de especificação da ordem. Ela é a ausência de conflitos, é a paz dos vencidos, a obstrução ao dissenso mínimo.

A questão da ordem remete aos conceitos de Segurança Nacional e Segurança Interna, que permearam a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra. "Antagonismos" e "pressões" apresentam-se ao país, exigindo, muitas das vezes, uma pronta resposta por parte do braço armado do Estado (Alves, 1985).

Entretanto, no discurso militar analisado, não se localiza a intenção de elaborar um projeto orientado para modificar a sociedade. As pressões disforizantes são aquelas que colocam em risco a existência do Estado, a partir de uma avaliação sobre a situação política do país elaborada *pelos* Forças Armadas. Muito mais do que o restabelecimento da ordem, que se refere à esfera da sociedade, a preocupação com a segurança orienta-se para o Estado. A possibilidade de ordenar a sociedade, de viés positivista, é substituída pela preocupação com a permanência do Estado. A mentalidade militar parece render um tributo maior a Hobbes do que a Comte.

A preocupação com a possibilidade de ruptura ou do enfraquecimento da estrutura do Estado é que se impõe como *missão* para os militares. Por isso no período da transição era necessária uma *atitude de tutela* sobre a vida política nacional (Oliveira, 1987). O militares em seus discursos se autoconcebem como os "últimos guardiões do Estado e árbitros finais do comportamento da Nação" (Pereira, 1985).

AS CONDIÇÕES DE ENUNCIÇÃO DO DISCURSO MILITAR

O modelo de análise semiótica desenvolvido por Greimas articula os aspectos imanentes do texto às peculiaridades da enunciação. Levando em conta que a enunciação é a explicitação objetivada de um conteúdo a ser transmitido, ela traz consigo as marcas das formações ideológicas que orientam o sujeito da enunciação. São estas marcas que, em essência, fornecem ao discurso o seu sentido.

Como a enunciação constitui elemento de articulação entre a abordagem interna e a externa do discurso, a segunda leitura de um texto, a abordagem externa, pode ser realizada orientando-se a análise para a *intertextualidade*, isto é, a articulação entre o texto e o contexto de sua produção (Barros, 1988).

Como já apresentado, pode-se acessar à instância da enunciação pela determinação do enunciador e do enunciatário e pela definição do sujeito construtor do discurso. Além disso, a caracterização sócio-histórica do sujeito da enunciação fornece elementos importantes para que se tenha uma satisfatória avaliação da instância da enunciação.

Entretanto, é necessário delimitar-se o contexto de produção do discurso, pois corre-se o risco de ampliar demasiadamente o enfoque, o que, no limite, irá relacionar o contexto aos aspectos mais gerais de uma dada formação social. Conforme Barros, podem ser arrolados três tipos de contexto: 1) O *contexto situacional*, onde pode ser determinada a auto-concepção do enunciador sobre o seu discurso, o que pensa do enunciatário, dos objetivos da produção e do que o levou a produzir aquele discurso; 2) o *contexto interno*, isto é, as relações que o texto mantém com outros textos e 3) o *contexto externo*, que responde pelos valores manipulados por produtor e receptor, como os valores de classe, de grupo, de época, de cultura.

No primeiro caso - o contexto situacional - o discurso militar concebe a instituição militar como quase onipresente e constituindo o último reduto da ordem. Por outro lado, o Enunciatário - a Nação - é considerado como um ser em estágio inicial de formação. Este processo de *infantilização* da Nação acaba por conduzir a uma percepção de dever por parte das Forças Armadas, qual seja, a de uma constante ação de monitoramento ou tutela.

Sobre as condições de produção do discurso, o oficial conluente da ECEME, no momento em que elabora sua monografia, encontra-se no interior de um espaço conformado por uma determinada concepção institucional de mundo. Esta concepção delimita fortemente a extensão e profundidade das formulações a serem apresentadas, o que fica evidenciado pela análise das monografias, que possuem isotopias bastante específicas, com um grau de divergência bastante restrito.

No que se refere ao contexto interno - as relações com outros textos - as evidências apontam a Doutrina de Segurança Nacional como o referente explícito assumido pelas monografias no encadeamento das questões desenvolvidas.

Quanto ao contexto externo, relaciona-se às mudanças ideológicas no cenário internacional e a uma atitude aparentemente reativa em face dos demais atores políticos, principalmente os partidos, em um momento de transição política. Diz-se aparentemente, porque na realidade a instituição militar é dotada de uma particular capacidade de antecipação aos fatos, o que ficou evidenciado no processo Constituinte de 1988, no qual o aparelho militar estava bem melhor preparado e articulado se comparado às demais forças políticas, principalmente os partidos (Oliveira, 1994).

Ainda uma ressalva: as leituras de um texto são múltiplas e variadas, não estando presente neste trabalho a totalidade dos temas que se apresentam nos textos-ocorrência. Privilegiaram-se aqueles que constituem recorrências nas monografias analisadas e que apontam mais diretamente para o papel político desempenhado pelas Forças Armadas ao longo da história política brasileira e que se mantiveram presentes no período pós-1985.

Enfim, o discurso político-militar da época considerada apresenta-se pleno não apenas de uma perspectiva salvacionista, mas cinge-se de uma ótica em que a distinção amigo-inimigo ocupa um lugar central na mentalidade militar (Soares, 2004).

O discurso político militar pode ser distinguido temporalmente. A preterização constitui a estratégia de reportar-se ao passado como elemento veridictório do papel político desempenhado pelas Forças Armadas. Desta forma, o passado é apresentado como um conjunto de ações e valores que proporcionam uma base de identificação, garantindo à socialização institucional uma adequada eficácia, enquanto permanecem os valores que constituem uma

referência comum aos próprios membros, os quais assumem como sua a própria história da instituição.

Mais do que um mecanismo de autopreservação, a tensão entre o passado, verdadeiro e por este motivo incólume, e as exigências de mudanças no presente constituem aspecto fundamental das condições de produção do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais recente processo de transição no país foi caracterizado por ambigüidades e por ações muitas vezes contraditórias por parte dos principais atores políticos. Esta afirmação pode parecer óbvia, dado que as transições são efetivamente incertas, tanto no que se refere aos seus resultados, quanto ao tempo de maturação e posterior consolidação democrática. Contudo, ganha novas colorações quando adicionado um elemento peculiar do processo brasileiro - o fato de ter se iniciado como uma "transição pactuada". De fato, a transição brasileira teve alentada definição por parte das Forças Armadas, que impuseram limites e prazos muito específicos. Ainda que o controle do processo não tenha se constituído em monopólio castrense, o delineamento inicial conformou-se aos moldes estabelecidos pelas lideranças militares do regime autoritário. Nestas circunstâncias, os atores mais envolvidos no processo movimentaram-se com cautela redobrada. Os motivos para estes cuidados são vários, destacando-se até mesmo a possibilidade de um retrocesso autoritário.

Tendo em vista as características da transição, com forte marca da orientação castrense, os postulados concernentes à "segurança nacional" são reforçados no meio militar. A forma como se engendrou a transição no Brasil permitiu a permanência da autonomia, a qual se refere à capacidade de interpretar as questões de defesa nacional (sob a ótica da segurança) e, a partir de determinadas conclusões, de emitir não só pareceres técnicos, mas articular planos de ação à revelia do poder político.

Está ainda compreendida, nesta autonomia, a exclusiva competência da Forças Armadas na definição de seus currículos escolares, nos quais está embutido o que Walder de Góes (1985:235) intitulou de "premissas básicas do intervencionismo": a necessidade de permanente e minuciosa tutela militar sobre as instituições civis; a

presença constante do grande olho militar, atenuando ou alterando os conflitos sociais e finalmente, a tradicional intolerância dos militares com o alargamento do espectro ideológico.

A presença e a continuidade das prerrogativas militares no início da segunda fase - do governo democrático a um regime democrático - constituem um dos problemas a serem resolvidos pelos setores empenhados em consolidar a democracia. Em vista disso, havia a necessidade de que fosse redefinida a função e o papel dos militares, bem como sua posição conseqüente com a democratização em curso. Esta questão vem mais à tona no contexto do processo Constituinte, desde a fase da Comissão Afonso Arinos.

Além disso, o processo político brasileiro, no que se refere às Forças Armadas, foi marcado, a partir de 1985, pela confluência de duas situações que tendiam a inserir mudanças no papel político desempenhado pelo aparelho militar. De um lado, as transformações no âmbito internacional iniciadas no Leste europeu reduziram as preocupações militares com o tradicional inimigo interno. De outro, as mudanças internas também conduziam a uma nova configuração para o braço armado do Estado. Cabe uma indagação: as possíveis transformações da mentalidade militar indicavam novas tendências e práticas das Forças Armadas? Estariam adequadas ao processo de democratização?

A análise do discurso militar do período indica a prevalência de uma mentalidade forjada ao longo da história brasileira, em que coube às Forças Armadas um papel interventor no processo político. O discurso produzido pelos oficiais-alunos da ECEME aponta que este pensamento se inclinava mais para a permanência desta concepção. Isto porque o discurso é um signo ideológico e existe uma tendência do signo ao reacionarismo, no sentido "que intenta estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia" (Bakhtin, 1992:47). Desta forma, o discurso dos militares tendia a uma cristalização, a qual não se apresentava, todavia, isenta de tensões de variadas ordens.

Estritamente em relação aos seus aspectos imanentes, o discurso político dos militares apresenta como preocupação central a defesa do Estado. Se na concepção política democrática o conceito de bem público é entendido como essencialmente ligado ao bem-estar dos cidadãos, para a mentalidade militar bem público é identificado como

segurança do Estado. Mas sendo a defesa do Estado uma incumbência precípua do seu braço armado, as Forças Armadas estariam correspondendo ao seu próprio desígnio. Todavia, não se trata aqui da atribuição inerente ao poder armado estatal. O ponto central é que na mentalidade militar consolidou-se uma percepção de que nas próprias Forças Armadas está concentrado o poder de decidir o momento em que a existência estatal está colocada em risco.

É a partir deste pressuposto que as Forças Armadas se organizaram, durante o período da Constituinte, para a permanência do dispositivo constitucional que lhes assegura, além da defesa da pátria e dos poderes constitucionais, a incumbência da manutenção da lei e da ordem. O fato de as Forças Armadas terem tido, principalmente na República, um papel político preponderante, dificultava a aceitação de que deviam restringir suas ações a uma função constitucional que lhes concedesse somente a competência para a defesa externa do país. Portanto, a permanência das atribuições relativas à manutenção da lei e da ordem passou a significar a própria identidade das Forças Armadas, pois está intrinsecamente ligada à autonomia institucional constituída e ao papel político que elas se autoconferem.

Configura-se um movimento espiral-ascendente em relação às Forças Armadas: função constitucional, papel político e autonomia institucional. Entretanto, nenhum destes movimentos se apresenta, para os interesses do aparelho militar, na mesma dimensão que a manutenção de sua atual destinação constitucional. Explicitamente esta função está ligada à defesa interna, mas seu significado vai além - trata-se de uma questão ideológica profundamente enraizada no pensamento militar. Para resguardar o país da desordem e do caos, as Forças Armadas devem determinar as ações pertinentes. Isto deve permanecer até o momento em que a sociedade como um todo, e a classe política em particular, adotem, por fim, na sua maturidade (já atingida pelas Forças Armadas), um projeto e uma organização nacionais.

A percepção militar da sociedade e da classe política merece ser enfatizada neste ponto. A sociedade brasileira, apresentada como "Nação" pelo discurso militar, ainda se encontra em fase de formação, incapacitada para decidir e implementar políticas de segurança. Está presente na ideologia militar a visão de que a Nação ainda não apresenta condições suficientes para garantir a permanência das estruturas políticas do país e, devido a esta debilidade solicita a intervenção das Forças

Armadas quando a sobrevivência do Estado é colocada em risco. Entretanto, a análise semiótica do discurso político dos militares permite constatar que, para a mentalidade vigorante nas Forças Armadas no período seguinte ao término do regime autoritário, as intervenções ocorrem por vontade própria do aparelho militar e não porque a Nação solicita uma intervenção.

Por outra parte, o inimigo anteriormente representado pelas "esquerdas", tende a ser substituído por outros segmentos. A classe política irrompia no discurso militar como um inimigo interno em potencial, por ser considerada pouco capaz de implementar e conduzir de maneira adequada as soluções aos graves e urgentes problemas nacionais, dentre os quais se destacam os que se referem à segurança do Estado.

As situações de possível ruptura do Estado podem estar ligadas, por exemplo, aos interesses internacionais pela Amazônia ou à fraqueza estatal em combater as estruturas paralelas do narcotráfico. Contudo, para o pensamento militar não havia uma questão que mereça ser priorizada. Constatava-se a permanência da idéia de que as Forças Armadas deveriam estar atentas para qualquer possibilidade de enfraquecimento do Estado e, caso isto se confirmasse, seria seu dever intervir. O grande interesse militar é que o Estado agisse na esfera política dotado de todo seu vigor - um verdadeiro "Leviatã". Os valores concernentes à mentalidade militar reservavam ao Estado, e a seu aparelho encarregado do uso da violência, um papel absoluto.

Para o pensamento militar as características de debilidade política e de fragmentação do social seriam atributos comuns à sociedade como um todo. Restaria apenas uma instituição organizada e coesa - as Forças Armadas. Enquanto subsistisse um quadro de incompreensão da importância do poder militar por parte da sociedade civil e do descaso pela segurança por parte da classe política, às instituições militares caberia a soberania na decisão sobre a emergência de crises e, por estes parâmetros, estariam reduzidas as possibilidades de subordinação do poder militar ao poder civil.

Além de determinadas características dos militares em geral - como o conservadorismo - as Forças Armadas viram-se, em diferentes ocasiões, guindadas ao exercício direto do poder político, ora conspirando contra o governo, ora a este se aliando. Em outros momentos foram "consultadas" para que as decisões políticas tivessem o

resguardo da força. Estes fatos moldaram a mentalidade militar e constituem problema considerável a ser superado para a consolidação democrática.

Na complementação da Análise Semiótica, o discurso foi relacionado às condições externas de sua produção, mais especificamente com a realidade política do país. Entre outras características, esta realidade é marcada pela manutenção de uma autonomia política das Forças Armadas, já que não houve, por parte da classe política, uma tentativa mais concreta para subordinar o aparelho militar ao poder civil. Estando em curso no país um aprofundamento da democracia política – consolidação de um quadro partidário, eleições livres em todos os níveis, alternância no poder, fortalecimento de organismos da sociedade civil – a permanência desta autonomia não condiz com a efetivação do regime democrático.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHANSSON, Bengt. (1985), “A socialização profissional: teoria, ética e espírito de corpo”, in Bañon, Rafael & Olmeda, José A., *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid, Alianza Editorial.
- ALVES, Maria H. Moreira. (1985), *Estado e Oposição no Brasil (1964 -1984)*. Rio de Janeiro: Vozes.
- BAKTHIN, Mikhail. (1992), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- BAÑON, Rafael & OLMEDA, José A. (1985), *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid, Alianza Editorial.
- BARROS, Diana L.P. de. (1988), *Teoria do Discurso: Fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual.
- BARROS, Diana L. P. de. (1990), *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo, Ática.
- BRANDÃO, Helena H. N. (1993), *Introdução à análise do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp.
- DEBERT, Guita Grin. (1985), “Notas para Discussão de Alguns Problemas Relacionados com a Análise de Discursos Políticos”, in *Estado, Participação Política e Democracia*. Brasília, CNPq/ANPOCS.
- _____ (1986), *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado, USP.

- FERREIRA, Regina E. F. G. (1990), *Análise sociosemiótica de Texto Político. Proposição de um Modelo para Análise dos Discursos Políticos*. Dissertação de Mestrado, USP. Mimeografado.
- FIORIN, José Luiz. (1992), *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo, Contexto.
- GÓES, Walder de. (1985), “Os Militares e a democracia”. *Política e Estratégia*, III (3) 1985.
- GOFFMAN, Erving. (1961), *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph. (s/d), *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Cultrix.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993), *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Editora da Universidade de Campinas.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. (1988), *Transições do regime autoritário. Primeiras conclusões*. São Paulo, Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Eliezer R. de. (1987), “O aparelho militar: papel tutelar na Nova República”, in Moraes, João Q. de, *Tutela Militar*. São Paulo, Vértice.
- OLIVEIRA, Eliézer R. de. (1987), *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas, Papirus.
- OLIVEIRA, Eliézer R. de. (1994), *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas, Papirus.
- PEREIRA, Antonio C. (1985), “Forças Armadas e Constituição: um debate necessário”. *Política e Estratégia*. Vol III, no 3, Jul-Set.
- ROUQUIÉ, Alain. (1984), *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- SOARES, Samuel A. (2004), “De autonomías y controles: fuerzas armadas y sistema político en Brasil (1995-2002)”. *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*. Año 18, N° 3-4: 83-113.

MONOGRAFIAS ANALISADAS

1. PIRES, José Roberto. (1991), *A destinação Constitucional das Forças Armadas*. Rio de Janeiro, ECEME.
2. MARIOTTI, Francisco. (1988), *O Militar e a Política na República*. Rio de Janeiro, ECEME.
3. CARMO, Leandro. (1988), *A participação política dos militares na República*. Rio de Janeiro, ECEME.
4. Sem dados.³
5. BARCELOS, Ruyter de M. (1991), *Um Exército Brasileiro para o século XXI - Quantidade ou Qualidade? Instrumento da Integração Nacional ou Elemento Dissuasor?* Rio de Janeiro, ECEME.
6. PENTEADO, José R. (1990), *Relações Públicas e a imagem do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, ECEME.

7. BERMUDEZ, Juarez C. (1993), *Parlamentarismo ou Presidencialismo*. Rio de Janeiro, ECEME.
8. SIQUEIRA, Paulo C. L. De; MOREIRA PEQUENO, Álvaro; IBRAHIM, Eden G. (1992), *Ministério da Defesa: Vantagens e Desvantagens de sua Criação para as Forças Singulares*. Rio de Janeiro, ECEME (CPEAEx).
9. COSTA, Reinaldo E. da; BITTENCOURT, Walter; SILVA, Murilo M. da. (1990), *Análise das Modificações Introduzidas Pela Constituição de 5 de Outubro de 1988 nas Atribuições do Ministério do Exército*. Rio de Janeiro, ECEME (CPEAEx).
10. MARETTI, Wesley A. (1992), *Teorias da Revolução e o Papel Constitucional do Exército*. Rio de Janeiro, ECEME.
11. PORTO, José A. (1991), *A Realidade Psicossocial Brasileira e Uma Análise Prospectiva da Possibilidade de Atuação das Forças Armadas na Defesa Interna e Externa*. Rio de Janeiro, ECEME.
12. SAMPAIO, João C. S. (1990), *Influências Estrangeiras no Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, ECEME.
13. RODRIGUES, Edson S. (1989), *A família do oficial do Exército: seu papel na integração do Exército com a sociedade civil*. Rio de Janeiro, ECEME.
14. OLIVEIRA, Fernando J. de M. (1991), *Os movimentos Revolucionários na América Latina e seus reflexos para o Brasil*. Rio de Janeiro, ECEME.
15. SALGUEIRO, Luiz S. M. (1990), *Influências do Positivismo na República*. Rio de Janeiro, ECEME.
16. CURTO, Lavidson G. (1993), *Validade e destinação das Forças Armadas nos tempos modernos*. Rio de Janeiro, ECEME.
17. ASSIS E SOUSA, Francisco de. (1992), *Parlamentarismo e Presidencialismo: Reflexos para as Forças Armadas na Adoção do Primeiro ou Manutenção do atual sistema político*. Rio de Janeiro, ECEME.
18. PEREIRA, Heraldo C.; DANTAS, Marcus A. T. & SILVA, José R. S. S. (1992), *Assuntos de interesse do Exército a serem tratados na revisão constitucional de 1993: relacionamento, análise e sugestões*. Rio de Janeiro, ECEME.
19. SANTOS, Newton B. dos & MORGADO, Sergio R. D. (1990), *Reflexões sobre a cultura no Exército Brasileiro - suas dimensões, objetivos, estrutura, instrumentos e propostas*. Rio de Janeiro, ECEME (CPEAEX).
20. SILVA FILHO, Sinval. (1991), *Análise da social-democracia e do neo-liberalismo adequabilidade para o Brasil*. Rio de Janeiro, ECEME.

NOTAS

¹ Professor da UNESP, Franca. Coordenador associado do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Endereço eletrônico: samuel_soares@uol.com.br.

² Os números entre parênteses indicam a monografia analisada e a página correspondente. A relação completa está apresentada ao final do artigo.

³ O acesso ao material empírico ocorreu em três visitas realizadas à ECEME. Em uma dessas ocasiões, foram levantadas algumas monografias julgadas pertinentes. Não sendo

possível a obtenção de cópias naquela oportunidade, uma pessoa das relações deste autor comprometeu-se a remeter o respectivo material. Na remessa, os dados bibliográficos não constavam nas cópias. É preciso ressaltar, todavia, que são trabalhos elaborados no período de 1985 a 1993. Em recente pesquisa, esta monografia não foi localizada.